

O debate ainda atual sobre as questões referentes a gênero e educação nos desafia neste número da revista *Em Aberto* a reflexões sobre a complexidade do tema.

A partir dos movimentos feministas e dos estudos sobre gênero, deles decorrentes, observamos mudanças nas representações sociais de homens e mulheres, nos direitos femininos ao voto, ao trabalho remunerado, aos espaços públicos, à educação escolar, entre outros aspectos da vida social. Com relação à escola, pesquisas apontam para a tendência de as mulheres passarem a ter nível educacional mais elevado que os homens. Entretanto, este não tem sido fator suficiente para alterar, significativamente, o estereótipo, a discriminação e a violência contra as mulheres.

Todas essas conquistas contribuíram para dar maior visibilidade às mulheres, que passaram a ocupar os espaços públicos antes reservados aos homens. É importante considerar que, embora os avanços sejam notáveis, elas ainda continuam sendo marginalizadas por uma ciência androcêntrica e uma história, tradicionalmente, referenciada aos homens.

Falar sobre gênero não implica somente falar de mulheres. Os gêneros que se constroem fora do modelo heterossexual hegemônico mostram-se como uma realidade que, antes oculta, agora tem aceitação em diversos espaços sociais, inclusive na escola, onde o direito às diferenças conta com amparo legal.

Com base nessas considerações, é possível afirmar que gênero é uma construção histórico-social referindo-se às diferenças sociais entre homens e

mulheres. Enquanto tal, é uma categoria imersa nas instituições sociais e pode ser considerada em permanente processo e sujeita a transformações, dependendo do contexto no qual está inserida. O sentido atribuído ao ser masculino ou feminino pode variar de cultura para cultura e, também, no decorrer da história de uma sociedade, sendo a família e a escola as duas principais instituições socializadoras para o desempenho de papéis de gênero nas diversas sociedades.

Enquanto conceito normatizador das relações sociais, organiza de forma concreta e simbólica toda a vida social. Tratando-se de um constructo social, os papéis desempenhados são aprendidos nas diversas relações sociais que se estabelecem nos espaços de convívio dos sujeitos, e que se desenvolvem nas diversas práticas que implicam as aprendizagens de estereótipos e identidades, bem como a divisão de espaços, tempos etc.

Esforços no sentido de se promover ações educativas para difundir a igualdade de gênero e o respeito pelas diferenças e para dirimir a violência de gênero ainda não atingiram a totalidade das escolas, pois nem todas trabalham com essas questões. É importante fazermos a ressalva de que a escola é um importante local de socialização, mas não a única instância responsável por trabalhar esses ou outros temas. Embora em algumas comunidades, pela própria falta de estrutura física de lazer, ela seja um dos poucos espaços de convivência para crianças, adolescentes, jovens e adultos, não devemos pensar a escola isoladamente, mas nas suas diversas relações com a sociedade como um todo.

Vivemos em uma sociedade que discrimina. Essa discriminação também se repete na escola, porém, nesse ambiente, podem ser desenvolvidos, simultaneamente, projetos educacionais que mobilizem a comunidade escolar para repensar as relações de gênero, com o intuito de reduzir as desigualdades, discriminações e violências decorrentes das relações, também aprendidas, de poder.

Levando em conta as considerações acima, a proposta é trazer, neste número da revista *Em Aberto*, o debate de pesquisadores que, em seus múltiplos olhares, apontam para reflexões acerca da violência, da qualidade de vida no trabalho, da juventude rural, da construção das identidades, na perspectiva dos processos educacionais e socializadores do gênero.

Para situar a temática, na seção *Enfoque*, Ana Lúcia Galinkin, psicóloga, doutora em Sociologia e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (UnB), e Luci Mara Bertoni, doutora em Educação e professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), apresentam um panorama das lutas dos assim chamados movimentos feministas pelos direitos das mulheres, inclusive à educação nas escolas.

Na seção *Pontos de Vista*, as diversas contribuições trazem diferentes abordagens do tema.

Estudiosa das questões de identidade de gênero, Rita Radl-Philipp, catedrática da Universidade de Santiago de Compostela (USC – Espanha) e coordenadora do Centro Interdisciplinario de Investigacións Feministas e de Estudos de Xénero (Cifex), no artigo “Educación y socialización humana, identidades y nuevos roles de género feminino y masculino: el género a debate”, se propõe aprofundar as implicações de

uma concepção interacionista-comunicativa da educação humana com vistas aos processos que configuram as identidades de gênero feminino e masculino.

Com o artigo “Educação e igualdade de gênero: uma primeira aproximação das discussões e proposições no Brasil e na Espanha”, Livia Diana Rocha Magalhães, pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e com estágio na Universidade Complutense de Madri (UCM-Espanha), apresenta um estudo preliminar de caráter exploratório sobre as principais recomendações e proposições oficiais acerca das políticas para a igualdade de gênero e educação na Espanha e no Brasil, mostrando as diferenças de proposições de políticas para esses países.

O tema da violência e educação é abordado em dois artigos. Tânia Rocha Andrade Cunha e Ana Elizabeth Santos Alves, ambas doutoras e professoras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em “Educação e violência nas relações de gênero: reflexos na família, no casamento e na mulher”, refletem sobre o papel da educação na construção social e histórica dos comportamentos femininos e masculinos, tendo em vista os processos educativos gerais que perpetuam a dominação masculina e a submissão das mulheres.

Tânia Lúcia Nunes do Nascimento, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) e mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UNB), analisa o “*Bullying*: a realidade dolorida de um fenômeno sem distinção de gêneros” e traz à tona a discussão sobre as formas veladas de violência que ocorrem intramuros escolares, acompanhada da desmistificação de que o *bullying* é uma ação predominantemente “de meninos”.

No artigo “Gênero e qualidade de vida no trabalho: quais diferenças?”, Carla Sabrina Antloga, professora da Universidade de Brasília (UNB) e coordenadora do Núcleo de Ergonomia da Atividade, Cognição e Saúde (ECoS), juntamente com Marina Maia, da mesma universidade, analisam a ocorrência de diferença significativa de percepção entre homens e mulheres nas dimensões componentes da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) na perspectiva da Ergonomia da Atividade, baseando-se na literatura sobre questões de gênero, trabalho e saúde do trabalhador.

Em “Pensando gênero no contexto rural: análise de diários de meninas assentadas”, Silvia Regina Marques Jardim, doutora em Educação e professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), estuda as percepções sobre a juventude, ciclo da vida que resulta de processos educativos e culturais que ocorrem em espaços diversos, entre eles a família e a escola, e que podem se estender ao longo da vida. Os resultados mostram que os diários podem ser uma fonte rica de dados, pois permitem vislumbrar como as meninas adolescentes interagem com sua realidade a partir de vivências no cotidiano.

O que pensam os/as jovens de ensino médio sobre os papéis de gênero? Uma análise dos dados obtidos numa escola estadual do Rio de Janeiro é apresentada no artigo “Papéis e identidades de gênero no cotidiano escolar: a percepção dos/as jovens sobre as relações entre os sexos”, de Rachel Pulcino, Raquel Pinho e Marcelo Andrade, membros do Grupo de Estudos sobre o Cotidiano, Educação e Cultura(s) (Gecec) da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio).

Mulheres indígenas, que buscam a formação acadêmica e profissional nos cursos de educação indígena intercultural, enfrentam dificuldades tanto no plano pessoal como no contexto acadêmico. As narrativas de alunas-professoras das etnias kaingáng, xoklém, tukano e guarani são analisadas pela pesquisadora María del Pilar Miguez Fernández, da Universidad Pedagógica Nacional, Unidad Ajusco, México DF, no artigo “Identidades de gênero e etnolinguística nas experiências de educação superior de professoras indígenas no Brasil”.

Na seção *Espaço Aberto*, três textos de interesse histórico para o tema:

- 1) “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, proposta em setembro de 1791 por Olympe de Gouges para igualar-se à outra, do homem, aprovada em 26 de agosto de 1789 pela Assembleia Nacional francesa.
- 2) “Opúsculo humanitário: capítulos XXXV a XXXIX”, de Nísia Floresta, educadora, poetisa e escritora potiguar, sobre os direitos da mulher à instrução e ao trabalho. Esses textos foram publicados primeiro no *Diário do Rio de Janeiro* e, depois, n’*O Liberal*, em 1852 e 1853.
- 3) “Breve introdução histórica [ao livro *O martelo das feiticeiras*]”, de Rose Marie Muraro, com uma síntese da história da mulher no interior da história humana em geral, situando o “guia do inquisidor” como testemunha da estrutura do patriarcado e como essa estrutura atuou na repressão da mulher e do prazer.

Na seção *Resenhas*, duas análises de obras importantes e atuais. A primeira, “Diferentes e desiguais”, de Adriano Senkevics, integrante do grupo de estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), é sobre o livro organizado por Marília Pinto de Carvalho, *Diferença e desigualdades na escola*, publicado em 2012. A segunda, “Uma proposta para educação em sexualidade”, de Alexandre Bortolini, do Projeto Diversidade Sexual na Escola, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trata das *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*, da Unesco.

A Seção *Bibliografia Comentada* apresenta um conjunto de obras no intuito de oferecer subsídios para o aprofundamento do tema.

Registramos aqui nossos agradecimentos às/aos colegas que, gentilmente, se dispuseram a compartilhar conosco seus estudos e pesquisas e esperamos que este seja somente mais um elemento para o debate e para a busca de melhores caminhos na compreensão e na materialização de atitudes contra a corrente da discriminação e da marginalização.

Luci Mara Bertoni
Ana Lúcia Galinkin
Organizadoras